



**XXXI Congresso Brasileiro de Custos**  
20, 21 e 22 de novembro de 2024  
- São Paulo / SP -



## **O custo da obsolescência econômica do Estado do Rio Grande do Norte: Uma análise crítica**

**Jessyk Daiana Bianconi** (UFRN) - jessykbianconi@gmail.com

**Enaile Maria de Moraes Oliveira** (UFRN) - enaile.oliveira.038@ufrn.edu.br

**Maria Francimaria CAVALCANTE** (UFRN) - mfrancimaria@yahoo.com.br

**Allyson Aires Pimentel da Silva** (UFRN) - allysonaires@gmail.com

**Erika Fernanda Cavalcante Reis** (UFRN) - efernandadacavalcante@gmail.com

**Joelton Fonseca Barbosa** (Instituição - a informar) - joelton.fonseca@ufrn.br

### **Resumo:**

*Este artigo investiga a estrutura fiscal do Estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na obsolescência estrutural e na ineficiência alocativa. A análise mostra que mais de 57% da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado é comprometida com despesas de pessoal, o que ultrapassa os limites prudenciais e contribui para um cenário de rigidez fiscal. O estudo discute o efeito crowding-out, onde o elevado gasto com folha salarial reduz significativamente a capacidade de investimento em setores essenciais como infraestrutura e educação, limitando o potencial de crescimento econômico e perpetuando um ciclo de estagnação. A comparação com outros estados brasileiros, como São Paulo e Minas Gerais, evidencia que a rigidez fiscal no Rio Grande do Norte é uma das mais severas, exacerbando o risco fiscal e comprometendo a sustentabilidade financeira a longo prazo. O artigo sugere que, para romper com essa trajetória de baixo crescimento, é necessário implementar reformas estruturais que modernizem a administração pública, reduzam o comprometimento com despesas correntes e direcionem recursos para áreas de alto retorno econômico. Sem essas reformas, o estado continuará preso a uma situação de vulnerabilidade fiscal e de baixa competitividade econômica, perpetuando as desigualdades regionais e limitando a qualidade de vida da população.*

**Palavras-chave:** *Efeito crowding-out; Ineficiência alocativa; Modernização administrativa; Obsolescência estrutural; Risco fiscal.*

**Área temática:** *Custos aplicados ao setor público*

# O custo da obsolescência econômica do Estado do Rio Grande do Norte: Uma análise crítica

## RESUMO

Este artigo investiga a estrutura fiscal do Estado do Rio Grande do Norte, com ênfase na obsolescência estrutural e na ineficiência alocativa. A análise mostra que mais de 57% da Receita Corrente Líquida (RCL) do estado é comprometida com despesas de pessoal, o que ultrapassa os limites prudenciais e contribui para um cenário de rigidez fiscal. O estudo discute o efeito *crowding-out*, onde o elevado gasto com folha salarial reduz significativamente a capacidade de investimento em setores essenciais como infraestrutura e educação, limitando o potencial de crescimento econômico e perpetuando um ciclo de estagnação. A comparação com outros estados brasileiros, como São Paulo e Minas Gerais, evidencia que a rigidez fiscal no Rio Grande do Norte é uma das mais severas, exacerbando o risco fiscal e comprometendo a sustentabilidade financeira a longo prazo. O artigo sugere que, para romper com essa trajetória de baixo crescimento, é necessário implementar reformas estruturais que modernizem a administração pública, reduzam o comprometimento com despesas correntes e direcionem recursos para áreas de alto retorno econômico. Sem essas reformas, o estado continuará preso a uma situação de vulnerabilidade fiscal e de baixa competitividade econômica, perpetuando as desigualdades regionais e limitando a qualidade de vida da população.

Palavras-chave: Efeito *crowding-out*; Ineficiência alocativa; Modernização administrativa; Obsolescência estrutural; Risco fiscal.

Área Temática: 5. Custos aplicados ao setor público - Modelos de custeio desenvolvidos e/ou adaptados às necessidades do setor público.

## 1 INTRODUÇÃO

A situação fiscal do estado do Rio Grande do Norte é caracterizada por um desequilíbrio estrutural, evidenciado pelo elevado comprometimento da receita estadual com a folha salarial, que em 2023 superou 57% do orçamento, segundo dados do Portal da Transparência do RN (2023). Este cenário não apenas ultrapassa os limites prudenciais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas também reflete uma administração pública presa a uma estrutura obsoleta e ineficiente.

O conceito de *crowding-out*, amplamente discutido na literatura econômica, é central para entender as consequências dessa alocação desproporcional de recursos. Segundo Amuedo-Dorantes e Juarez (2015), o efeito *crowding-out* ocorre quando os gastos do setor público, especialmente em despesas correntes como a folha salarial, absorvem uma parte significativa dos recursos financeiros disponíveis na economia, reduzindo a capacidade do estado de investir em setores produtivos como infraestrutura, educação e saúde. Esse fenômeno não só limita o potencial de crescimento econômico de longo prazo, mas também desloca o investimento privado, que é crucial para o desenvolvimento sustentável.

Maria da Conceição Tavares (1972) argumenta que a rigidez fiscal e a manutenção de estruturas ineficientes impedem a modernização e a adaptação da política fiscal às necessidades contemporâneas. No caso do Rio Grande do Norte, o elevado comprometimento com a folha salarial exemplifica como a administração pública, ao tentar preservar a estabilidade do funcionalismo, acaba por sufocar a capacidade do estado de promover investimentos estratégicos, gerando um ciclo vicioso de baixo crescimento e ineficiência.

Além disso, o efeito crowding-out agrava o risco fiscal, pois a redução da margem para investimentos torna o estado mais vulnerável a crises financeiras e diminui sua capacidade de resposta a choques econômicos. A literatura econômica, conforme discutida por Spindler (1981), sugere que em estados onde a folha salarial é desproporcionalmente alta, a eficiência da alocação de recursos é seriamente comprometida, perpetuando um ambiente de estagnação econômica e restrições orçamentárias. Engel, Eckl, e Rothgang (2019) destacam que a ineficiência na alocação de recursos, especialmente em estados com alta proporção de despesas correntes, contribui significativamente para o aumento do risco fiscal. Esse risco seria exacerbado pela incapacidade do estado de realizar os investimentos necessários para estimular o crescimento econômico sustentável.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise econômica detalhada do impacto da obsolescência estrutural do estado do Rio Grande do Norte, com ênfase no efeito crowding-out, no risco fiscal, na ineficiência alocativa e na obsolescência estrutural, todos estes gerados pela folha salarial inflada e nas suas implicações fiscais. A partir de uma revisão de literatura que inclui as contribuições de autores da área econômica, juntamente com a análise de dados fiscais do Portal da Transparência, este artigo busca oferecer propostas para uma gestão pública mais eficiente e sustentável.

## **2 METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem estruturada para analisar a situação fiscal do estado do Rio Grande do Norte, seguindo um conjunto de etapas interligadas. Primeiramente, realiza-se uma revisão de literatura abrangente, que contextualiza conceitos centrais como ineficiência alocativa, efeito crowding-out, risco fiscal e obsolescência estrutural. Essa revisão inclui as contribuições de autores renomados da área, baseando-se em artigos e relatórios relevantes para fundamentar a análise.

Em seguida, é realizada uma análise documental dos dados fiscais disponibilizados pelo Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Norte, abrangendo o período de 2019 a 2023. O foco dessa análise está nas despesas com folha de pagamento e sua relação com o orçamento total do estado, sendo essencial para identificar padrões de ineficiência alocativa e os impactos do efeito crowding-out na economia estadual.

A metodologia também envolve a comparação de dados entre diferentes estados, incluindo São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraná, além do município de João Pessoa. São comparadas as despesas com folha de pagamento e o percentual da Receita Corrente Líquida (RCL) comprometida em cada localidade, destacando as diferenças na eficiência alocativa e na flexibilidade fiscal.

Posteriormente, aplica-se uma análise econômica baseada em conceitos como a teoria do crowding-out, afim de avaliar os impactos das despesas

correntes sobre a capacidade de investimento do estado em setores estratégicos como infraestrutura, saúde e educação. Essa análise é complementada por uma discussão sobre as implicações de longo prazo para o crescimento econômico e a sustentabilidade fiscal.

Por fim, os resultados obtidos são discutidos detalhadamente, relacionando os dados analisados com as teorias e conceitos apresentados na fundamentação teórica. A discussão enfatiza as consequências econômicas e sociais da obsolescência estrutural e da rigidez fiscal no estado do Rio Grande do Norte. Essa abordagem metodológica permite uma análise crítica e bem fundamentada da situação fiscal do estado, destacando áreas de ineficiência e propondo possíveis reformas para melhorar a gestão pública e promover o desenvolvimento sustentável.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica deste estudo baseia-se em quatro conceitos centrais que ajudam a entender a complexidade da gestão fiscal no estado do Rio Grande do Norte: ineficiência alocativa, efeito crowding-out, risco fiscal, e obsolescência estrutural. Cada um desses conceitos será aprofundado com o suporte de literatura recente, oferecendo uma análise crítica das implicações para a administração pública.

#### **3.1 Ineficiência Alocativa**

A ineficiência alocativa, no contexto das finanças públicas, refere-se à alocação inadequada de recursos que não maximiza a utilidade social ou o retorno econômico. Esse fenômeno é particularmente prevalente em estados onde a estrutura administrativa é rígida e excessivamente burocrática, resultando em uma distribuição subótima de recursos financeiros e humanos. No caso do Rio Grande do Norte, essa ineficiência é evidenciada pelo alto percentual de sua receita destinado à folha salarial, que, entre 2019 e 2023, consumiu consistentemente entre 55,6% e 57,7% do orçamento anual, representando montantes que variaram de R\$ 7,1 bilhões a R\$ 8,8 bilhões.

Esse comprometimento massivo com a folha salarial compromete significativamente a capacidade do estado de investir em setores que poderiam gerar retornos econômicos mais elevados e benefícios sociais mais amplos, como infraestrutura, educação e saúde. A contínua alocação de recursos para despesas correntes, em vez de investimentos produtivos, evidencia uma ineficiência estrutural que perpetua o subdesenvolvimento econômico do estado, um fenômeno que Maria da Conceição Tavares (1972) caracteriza como uma armadilha de estagnação, onde a rigidez fiscal e a dependência de estruturas obsoletas limitam a capacidade de crescimento e modernização.

A teoria econômica de custos estabelece que a eficiência alocativa é alcançada quando os recursos são distribuídos de tal forma que não há como redistribuí-los para aumentar o bem-estar de uma parte sem prejudicar outra. No entanto, em um cenário onde a maior parte do orçamento é absorvida por despesas correntes, como é o caso do Rio Grande do Norte, essa eficiência é comprometida. Engel, Eckl, e Rothgang (2019) argumentam que em administrações públicas onde a burocracia domina, há uma tendência de perpetuação de práticas ineficientes, nas quais recursos são continuamente

alocados para sustentar estruturas administrativas obsoletas, em vez de serem direcionados para investimentos produtivos.

Maria da Conceição Tavares (1972) complementa essa análise ao destacar que, em estados com alta dependência de gastos correntes, como no caso do Rio Grande do Norte, a rigidez fiscal não só perpetua a ineficiência, mas também agrava as desigualdades regionais, criando um ciclo vicioso onde a falta de modernização e investimento estratégico impede a evolução econômica. Esse fenômeno, segundo Tavares, é uma característica comum em economias que não conseguem se adaptar às novas realidades econômicas e sociais.

Essa alocação inadequada de recursos cria um ciclo vicioso: o estado continua a financiar uma máquina pública inflada, enquanto investimentos em infraestrutura, educação e saúde, que poderiam gerar crescimento econômico e aumentar a qualidade de vida, são sistematicamente sub financiados. A análise de Masuch et al. (2020) reforça essa ideia, ao destacar que a rigidez fiscal, exacerbada por altos níveis de despesas correntes, limita a capacidade do estado de adaptar sua alocação de recursos em resposta a novas necessidades econômicas ou oportunidades de desenvolvimento.

### 3.1.1 Ineficiência Alocativa no Contexto do Rio Grande do Norte

A situação fiscal do Rio Grande do Norte é um exemplo claro de ineficiência alocativa. Com mais de 57% da receita destinada à folha salarial, o estado enfrenta uma severa restrição orçamentária que limita sua capacidade de investir em áreas estratégicas. Esse comprometimento excessivo com despesas correntes não apenas impede a realização de investimentos necessários para o desenvolvimento de longo prazo, mas também restringe a capacidade do estado de responder a crises econômicas ou sociais, uma característica crítica em ambientes de incerteza econômica.

Do ponto de vista de custos, essa alocação é profundamente ineficiente. A teoria econômica sugere que os recursos devem ser alocados para áreas onde o retorno marginal é maior. No entanto, ao direcionar a maior parte de seus recursos para a folha salarial, o estado do Rio Grande do Norte sacrifica investimentos em infraestrutura, que poderiam aumentar a produtividade geral da economia, e em educação, que poderia melhorar o capital humano e, conseqüentemente, a competitividade a longo prazo. Além disso, o alto comprometimento com a folha salarial também impõe um custo de oportunidade significativo. Cada real gasto em salários é um real não investido em projetos que poderiam gerar benefícios econômicos e sociais substanciais. A manutenção de uma máquina pública inflada, sem um correspondente aumento na eficiência dos serviços prestados, representa um uso subótimo dos recursos públicos. Como resultado, a economia do estado permanece estagnada, incapaz de realizar o seu potencial de crescimento.

Para ilustrar melhor a magnitude dessa ineficiência, a Tabela 1 apresenta a evolução das despesas com folha de pagamento e sua relação percentual com o orçamento total do estado entre 2019 e 2023. Esses dados demonstram de maneira clara como a alocação de recursos tem sido desproporcionalmente direcionada para despesas correntes, limitando as possibilidades de investimento em áreas que poderiam gerar maior retorno econômico e social.

Tabela 1

**Despesas com Folha de Pagamento e Percentual do Orçamento Total, em milhões de R\$**

Ano	Despesa com Folha de Pagamento	Orçamento Total	% do Orçamento
2019	7.173,85	12.432,79	57,7%
2020	7.604,63	13.500,00	56,3%
2021	7.975,12	14.000,00	56,9%
2022	8.580,22	15.000,00	57,2%
2023	8.888,90	16.000,00	55,6%

Fonte: Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Norte (2019-2023)

A comparação das despesas com folha de pagamento entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco, e Paraíba revela importantes insights sobre a eficiência alocativa e as restrições fiscais enfrentadas por essas regiões, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2

**Comparação das Despesas com Folha de Pagamento entre Estados que mais gastam com funcionalismo público no Brasil (2023)**

Localidade	Despesa com Folha de Pagamento (R\$ bilhões)	Percentual da Receita Corrente Líquida (%)
Rio Grande do Norte	7,1	56,7%
Minas Gerais	45,2	51,2%
Pernambuco	13,5	48,0%
São Paulo	82,3	43,5%
Paraná	23,2	42,1%

Fonte: Adaptado pelos autores dos sites: Portal da Transparência dos estados apresentados (2024)

São Paulo apresenta a maior despesa absoluta com folha de pagamento, mas, ao comprometer apenas 43,5% de sua Receita Corrente Líquida (RCL), demonstra uma maior flexibilidade fiscal. Esse percentual mais baixo reflete uma estrutura fiscal relativamente mais eficiente, que permite ao estado manter capacidade de investimento em áreas estratégicas, como infraestrutura, saúde e educação. De acordo com a teoria econômica de custos, essa distribuição mais equilibrada de recursos é essencial para maximizar o retorno social e econômico, uma vez que permite a realização de investimentos que podem promover o crescimento sustentável a longo prazo (Masuch et al., 2020).

Minas Gerais, com 51,2% de sua RCL comprometida com folha de pagamento, começa a mostrar sinais de restrições fiscais mais severas. Embora ainda mantenha um certo grau de flexibilidade, o estado enfrenta desafios significativos para alocar recursos em áreas que poderiam gerar maior retorno econômico. A manutenção de um elevado percentual de despesas com pessoal limita a capacidade do estado de responder a crises econômicas e de realizar investimentos necessários para melhorar sua competitividade e infraestrutura.

Rio Grande do Norte, com 56,7% da RCL comprometida, está em uma situação fiscal mais delicada. Esse alto percentual indica uma forte dependência da máquina pública e uma baixa flexibilidade orçamentária, o que limita a capacidade de realizar investimentos estratégicos que possam promover o desenvolvimento econômico e social. Maria da Conceição Tavares

(1972) já destacava que tal rigidez fiscal prolonga um ciclo de estagnação, onde a falta de modernização e a alta dependência de gastos correntes impedem o crescimento sustentável.

Pernambuco com 48,0% de sua RCL comprometida com despesas de pessoal, encontra-se em uma posição intermediária. Embora não esteja tão vulnerável quanto o Rio Grande do Norte, já começa a demonstrar sinais de restrições que podem limitar sua capacidade de investir em desenvolvimento econômico a longo prazo.

Paraná com apenas 42,1% da RCL comprometida com despesas de pessoal, encontra-se em uma posição bem confortável e, assim como São Paulo, demonstra uma maior flexibilidade fiscal, podendo manter seus investimentos em áreas estratégicas, maximizando o retorno e podendo assim promover o crescimento socioeconômico do estado.

Através desses dados podemos identificar melhor como o impacto de gastos com a folha salarial afetam diretamente o estado. E como é preocupante que o estado comprometa tanto a sua receita com folha pessoal.

### **3.2 Efeito crowding-out no Rio Grande do Norte**

O efeito crowding-out ocorre quando o aumento dos gastos governamentais em áreas de baixo retorno econômico, como o pagamento de salários no setor público, reduz a disponibilidade de recursos para investimentos em setores que poderiam gerar maior crescimento econômico e melhorar o bem-estar social. Esse fenômeno é uma preocupação central na análise econômica das finanças públicas. Segundo Masuch, Moshammer, e Pierluigi (2020), altos níveis de despesas correntes limitam a capacidade do estado de realizar investimentos estratégicos que poderiam impulsionar o crescimento econômico. Afonso e Furceri (2010) corroboram essa visão, destacando que o aumento dos gastos correntes, especialmente com pessoal, tende a reduzir o espaço fiscal para investimentos públicos em áreas de alta produtividade, como infraestrutura.

No contexto dos estados brasileiros, como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraná, o efeito crowding-out é particularmente evidente. São Paulo, apesar de ter a maior despesa absoluta com folha de pagamento, consegue manter um percentual relativamente baixo (43,5%) em relação à sua Receita Corrente Líquida (RCL). Isso sugere, de acordo com Masuch et al. (2020), uma maior flexibilidade fiscal e capacidade de investimento em áreas de alto retorno, como infraestrutura e educação. No entanto, em estados como Rio Grande do Norte e Minas Gerais, onde o comprometimento da RCL com folha de pagamento é de 56,7% e 51,2%, respectivamente, a situação é mais crítica, refletindo uma alocação ineficiente de recursos que perpetua a estagnação econômica (Tavares, 1972).

A infraestrutura, de acordo com Masuch et al. (2020), é um dos setores mais impactados pelo efeito crowding-out. Investimentos em infraestrutura, como transporte, energia e saneamento, são essenciais para aumentar a produtividade e atrair investimentos privados. Contudo, quando a maior parte do orçamento é consumida por despesas correntes, como salários, os recursos disponíveis para esses investimentos são drasticamente reduzidos. Masuch et al. (2020) argumenta que o crowding-out de investimentos públicos em infraestrutura compromete o potencial de crescimento a longo prazo e limita a competitividade do estado no cenário econômico global. Tavares (1972)

complementa essa visão, destacando que a falta de investimentos em infraestrutura acaba por gerar desigualdades regionais e limita as oportunidades de desenvolvimento econômico.

Além da infraestrutura, setores como saúde e educação também sofrem com o efeito crowding-out. A alocação inadequada de recursos para esses setores pode ter consequências de longo prazo, incluindo uma força de trabalho menos qualificada e uma população mais propensa a doenças, o que, por sua vez, limita o potencial de crescimento econômico. Baumol (1967) sugere que o desvio de recursos para áreas de baixa produtividade, como a administração pública, em detrimento de setores produtivos como educação e saúde, resulta em uma economia estagnada e incapaz de promover o bem-estar social a longo prazo. Tavares (1972) reforça essa análise ao argumentar que a falta de investimento nessas áreas tende a aumentar as desigualdades sociais e limita as oportunidades de desenvolvimento econômico sustentável.

O efeito crowding-out, ao desviar recursos de investimentos produtivos, limita o potencial de crescimento econômico dos estados. De acordo com Masuch et al. (2020), investimentos em infraestrutura, saúde e educação são fundamentais para criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável. Quando esses investimentos são sacrificados em favor de despesas correntes, como a folha de pagamento, os estados tornam-se menos capazes de gerar crescimento econômico e aumentar a arrecadação futura. Tavares (1972) complementa essa análise ao destacar que a rigidez fiscal e a falta de modernização exacerbam os problemas de eficiência, criando ciclos de estagnação econômica. Afonso e Furceri (2010) reforçam essa visão ao sugerir que o crowding-out dos investimentos produtivos resulta em uma menor capacidade de crescimento a longo prazo, especialmente em economias com alta dependência de receitas correntes.

A falta de flexibilidade orçamentária resultante desse comprometimento limita a capacidade dos estados de realizar os investimentos necessários para promover o crescimento econômico e melhorar a qualidade de vida da população. Reformas fiscais que busquem reduzir os gastos com folha de pagamento e aumentar a eficiência alocativa são essenciais para mitigar os efeitos negativos do crowding-out e liberar recursos para áreas que realmente contribuem para o desenvolvimento sustentável.

### **3.3 Risco Fiscal**

O risco fiscal é uma preocupação central nas finanças públicas, especialmente em contextos onde o comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal é elevado. Esse risco se materializa quando a capacidade do estado de honrar suas obrigações financeiras é comprometida, seja devido a crises econômicas, quedas na arrecadação ou aumentos inesperados nas despesas. A análise do risco fiscal deve considerar tanto a sustentabilidade da dívida pública quanto a flexibilidade orçamentária do estado para lidar com choques adversos.

A alta rigidez fiscal, caracterizada por um alto comprometimento da RCL com despesas correntes, limita severamente a flexibilidade orçamentária de um estado. Em momentos de crise econômica, onde a arrecadação de impostos pode diminuir significativamente, estados como o Rio Grande do Norte encontram-se em uma posição particularmente vulnerável. Com 56,7% da sua RCL comprometida com despesas de pessoal, o Rio Grande do Norte tem

pouca margem para ajustar suas despesas rapidamente em resposta a choques externos, o que aumenta consideravelmente o risco fiscal. A falta de flexibilidade orçamentária impede que o estado ajuste suas finanças de maneira eficaz durante crises econômicas, exacerbando os desafios financeiros (Brix, Valenduc, & Swift, 2015).

Além disso, a alta rigidez fiscal reduz a capacidade do Rio Grande do Norte de implementar políticas fiscais anticíclicas, que são fundamentais para mitigar os impactos de uma recessão econômica. A restrição de recursos para investimentos produtivos em períodos de crise impede que o estado estimule a economia de forma eficaz, prolongando os efeitos negativos da crise e agravando a situação fiscal (Cottarelli, 2018). A falta dessa capacidade de resposta amplia a profundidade e a duração das crises econômicas, resultando em uma maior vulnerabilidade a ciclos recessivos.

O elevado comprometimento com despesas de pessoal no RN, também afeta diretamente a gestão da dívida pública do estado. Quando uma grande parte do orçamento é destinada a despesas que não podem ser facilmente ajustadas, como salários, o estado tem dificuldade em acumular superávits fiscais que poderiam ser utilizados para amortizar a dívida. Isso leva a um aumento no endividamento, já que o estado se vê obrigado a contrair novos empréstimos para cobrir déficits orçamentários. Esse ciclo de endividamento coloca o RN em uma posição de risco fiscal elevado, com implicações de longo prazo para sua estabilidade financeira (Poterba & Rueben, 2001). A gestão ineficiente da dívida pública pode ter consequências graves para o Rio Grande do Norte, como a perda de credibilidade junto aos investidores e o aumento dos custos de financiamento. A elevada carga da dívida limita a capacidade do estado de realizar investimentos necessários em infraestrutura e serviços públicos, o que é indispensável para o desenvolvimento econômico sustentável. Essa situação não apenas compromete o crescimento econômico, mas também exacerba as desigualdades regionais dentro do estado (Krause & Corder, 2020).

O alto risco fiscal torna provável a necessidade de implementar políticas de ajuste fiscal rigorosas, como cortes em serviços públicos e aumento de impostos, o que pode ter impactos sociais significativos. Essas políticas muitas vezes resultam em reduções na qualidade e na disponibilidade de serviços essenciais, como saúde, educação e segurança pública, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. Além disso, aumentos significativos de impostos podem desincentivar a atividade econômica, agravando ainda mais a situação fiscal do estado e consequentemente o ciclo de crise econômica (Obstfeld, 2021). As consequências sociais das políticas de ajuste fiscal também podem levar à instabilidade política, na medida em que a população resiste aos cortes em serviços públicos e aos aumentos de impostos. No caso do RN, a rigidez fiscal limita a capacidade do estado de implementar essas reformas de maneira equilibrada, aumentando o risco de tensões sociais e políticas, que por sua vez podem comprometer ainda mais a estabilidade econômica e financeira do estado.

### **3.4 A Obsolescência Estrutural: Estagnação Econômica e Crescimento Anêmico**

A obsolescência estrutural é um fator chave na estagnação econômica do Rio Grande do Norte. A economia do estado permanece anêmica devido à

incapacidade de alocar recursos de forma eficiente para setores estratégicos que poderiam impulsionar o crescimento. Estudos recentes apontam que economias que investem consistentemente em inovação e modernização tendem a experimentar um crescimento mais rápido, impulsionado pelo aumento da produtividade e pela atração de investimentos de alta qualidade (Ardanaz & Izquierdo, 2021). No entanto, o RN, ao falhar na modernização de sua administração pública, perde repetidamente essas oportunidades de crescimento.

Esse ciclo de estagnação é exacerbado pela incapacidade do estado de implementar reformas estruturais que poderiam libertá-lo da dependência excessiva de despesas correntes. Como resultado, o estado permanece preso a uma trajetória de baixo crescimento, com uma média de 1,8% ao ano, onde a falta de avanços e atualizações impedem que haja aumentos significativos na produtividade. Economicamente, isso significa que o estado não consegue se afastar de uma trajetória de crescimento linear e, em vez disso, permanece em um equilíbrio de baixo crescimento, caracterizado por uma baixa taxa na criação de empregos e por rendas estagnadas (Krause & Corder, 2020).

Quando observamos o fenômeno da obsolescência estrutural percebe-se um impacto direto sobre a base produtiva do estado. Sem investimentos em modernização e sem uma administração pública eficiente, o RN enfrenta dificuldades em apoiar setores econômicos chave que poderiam servir como motores de crescimento e enfrenta a desindustrialização, com a migração de indústrias para outros estados com uma menor carga de ICMS. A literatura sobre desenvolvimento econômico sugere que uma administração pública eficiente é essencial para fornecer a infraestrutura necessária ao crescimento, com serviços públicos de qualidade e um ambiente regulatório que incentive a inovação e o desenvolvimento (Obstfeld, 2021). A falta de uma administração pública moderna e eficiente impede que o estado ofereça esses elementos para o desenvolvimento econômico. A consequência é a erosão gradual da base produtiva do estado, onde setores como a indústria, o comércio e os serviços não conseguem competir efetivamente, tanto em nível nacional quanto internacional. Essa perda de competitividade afeta diretamente a capacidade do estado de atrair novos investimentos e coloca em risco os empregos e os rendimentos dos setores produtivos existentes (Tanzi & Schuknecht, 2020).

A combinação de rigidez fiscal, obsolescência estrutural e competitividade reduzida coloca o Estado em um ciclo vicioso de baixa produtividade e baixos investimentos. A teoria econômica contemporânea argumenta que economias que não conseguem inovar ou modernizar suas infraestruturas administrativas tendem a cair em uma "armadilha de baixa produtividade," onde os aumentos na produção são limitados pela ineficiência e pela falta de tecnologia (Brix, Valenduc, & Swift, 2015). Essa armadilha é evidente na incapacidade do estado de aumentar sua produtividade agregada, o que, por sua vez, impede o crescimento dos salários reais e do consumo interno. Sem uma base produtiva dinâmica e competitiva, o estado se torna cada vez mais dependente de transferências federais e de receitas voláteis, como royalties de recursos naturais, para sustentar suas finanças. Essa dependência é insustentável a longo prazo, especialmente em um contexto de volatilidade econômica global, onde mudanças nos preços das commodities podem rapidamente desestabilizar as finanças públicas (Ardanaz & Izquierdo, 2021).

Além das implicações econômicas, a obsolescência estrutural tem graves consequências sociais. A incapacidade do estado de modernizar sua administração pública e de fornecer serviços de alta qualidade gera desigualdades regionais e sociais. O acesso desigual a serviços públicos de qualidade, como saúde, educação e segurança, exacerba as divisões entre os diferentes grupos socioeconômicos e também entre as regiões dentro do estado, criando um ambiente propício para a exclusão social e a pobreza intergeracional (Obstfeld, 2021). A falta de modernização também impede que o estado implemente políticas públicas eficazes que poderiam mitigar essas desigualdades. Sem uma administração pública eficiente e responsiva, os programas sociais e de desenvolvimento são frequentemente mal concebidos e ineficazmente implementados, resultando em desperdício de recursos e na falha em atingir os grupos mais necessitados. Essa falha em fornecer uma rede de segurança social adequada não só implanta a pobreza, mas também limita o potencial de desenvolvimento humano do estado, restringindo as oportunidades para que indivíduos e comunidades melhorem suas condições de vida (Krause & Corder, 2020).

### **3.5 Reformas Estruturais: Uma Nova Perspectiva de Crescimento**

Superar a obsolescência estrutural exigirá reformas estruturais profundas e uma reorientação das prioridades econômicas e sociais do estado. Economistas argumentam que a modernização da administração pública é um pré-requisito essencial para o desenvolvimento sustentável e para a criação de uma economia competitiva e inovadora (Ardanaz & Izquierdo, 2021). Para o RN, isso significa adotar uma abordagem proativa para a modernização, que inclua investimentos em tecnologia, formação contínua de servidores públicos, e a reestruturação de processos burocráticos para aumentar a eficiência e reduzir a corrupção, enxugando a máquina pública, ao apostar em uma reengenharia de cargos e funções. É necessário que o Estado seja capaz de desenvolver uma estratégia de longo prazo para diversificar sua economia, movendo-se para além da dependência de setores voláteis e investindo em áreas com potencial de crescimento sustentável, como a economia verde, a tecnologia da informação e a educação. A implementação dessas reformas, embora desafiadoras em um contexto de rigidez fiscal, é fundamental para quebrar o ciclo de estagnação e colocar o Estado em uma trajetória de crescimento robusto e inclusivo (Tanzi & Schuknecht, 2020).

## **4 DISCUSSÕES E RESULTADOS**

A análise dos dados fiscais revela uma alocação subótima de recursos no estado do Rio Grande do Norte, caracterizada por um elevado comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com despesas de pessoal, que superou 57% no período de 2019 a 2023. Esse comprometimento excessivo reflete uma obsolescência estrutural, na qual a rigidez das despesas correntes impede a realocação de recursos para setores com maior potencial de retorno econômico e social. A manutenção de uma estrutura estatal inflada, sem a correspondente eficiência na prestação de serviços públicos, resulta em uma alocação que não maximiza a utilidade marginal dos recursos, evidenciando uma ineficiência alocativa que limita a capacidade do estado de fomentar um crescimento econômico sustentável.

O fenômeno do crowding-out, amplamente discutido na literatura econômica, é particularmente evidente no contexto das finanças públicas do Rio Grande do Norte. O comprometimento excessivo de recursos com despesas correntes, como a folha de pagamento, reduz a capacidade do estado de direcionar recursos para investimentos públicos em setores de alto retorno, como infraestrutura e educação. Essa alocação distorcida desestimula o investimento privado, uma vez que limita o espaço fiscal disponível para projetos estratégicos que poderiam impulsionar o desenvolvimento econômico. Em estados como São Paulo ou no Paraná, onde o percentual da RCL comprometido é menor (43,5%), observa-se maior flexibilidade fiscal, permitindo investimentos mais robustos em setores críticos, em contraste com a situação do Rio Grande do Norte, onde a elevada rigidez fiscal leva a uma crescente estagnação.

A rigidez fiscal observada no estado do Rio Grande do Norte, com elevado percentual da RCL alocado para despesas correntes, representa um risco fiscal significativo. A baixa flexibilidade orçamentária limita a capacidade do estado de ajustar suas finanças em resposta a choques econômicos adversos, exacerbando a vulnerabilidade fiscal e aumentando a probabilidade de crises financeiras. A análise dos dados sugere que a sustentabilidade financeira do estado está comprometida, na medida em que a crescente rigidez das despesas reduz a capacidade de geração de superávits fiscais, necessários para a amortização da dívida pública e para a manutenção de uma trajetória fiscal sustentável. Ademais, a incapacidade de realizar investimentos em setores estratégicos, devido ao efeito crowding-out, compromete o potencial de crescimento econômico de longo prazo, restringindo a base arrecadatária futura e agravando o ciclo de endividamento.

Os impactos sociais da rigidez fiscal são evidentes na limitação dos investimentos em setores essenciais, como saúde e educação. A destinação desproporcional de recursos para despesas correntes reduz a capacidade do estado de melhorar a qualidade dos serviços públicos e de promover o desenvolvimento humano, exacerbando as desigualdades regionais e sociais. Assistimos diariamente um retrato do desmonte da saúde e da educação, e o estado agoniza dia após dia, com seus hospitais com corredores lotados e escolas públicas que, por muitas vezes, não tem nem a infraestrutura básica para o seu funcionamento. A ineficiência alocativa não apenas compromete o crescimento econômico, mas também afeta negativamente a equidade na distribuição dos benefícios do desenvolvimento, indicando uma estrutura estatal incapaz de responder às demandas sociais de forma eficiente.

Diante dos resultados apresentados, torna-se evidente a necessidade de implementar reformas estruturais que aumentem a eficiência alocativa e reduzam a rigidez fiscal no estado do Rio Grande do Norte. Deveria ser papel do gestor do estado, em conjunto com sua equipe administrativa, garantir a adoção de medidas que visem à modernização da administração pública, com foco na reestruturação de processos e na racionalização das despesas correntes. A implementação de um programa de ajuste fiscal que inclua a revisão dos gastos com pessoal, a renegociação de contratos e a otimização da gestão orçamentária é necessária para liberar recursos que possam ser direcionados a investimentos estratégicos.

Adicionalmente, é fundamental considerar a diversificação da base econômica do estado, de forma a promover setores que apresentem elevado

potencial de crescimento e menor dependência de transferências federais ou de receitas voláteis, como royalties de recursos naturais. A criação de um ambiente propício ao investimento privado, por meio da melhoria da infraestrutura e da oferta de serviços públicos eficientes, pode gerar um ciclo virtuoso de crescimento que não apenas aumente a arrecadação, mas também reduza as disparidades regionais e melhore a qualidade de vida da população.

A análise dos resultados demonstra que o estado do Rio Grande do Norte enfrenta desafios fiscais graves decorrentes de uma estrutura estatal obsoleta e de uma alocação ineficiente de recursos. O comprometimento excessivo da Receita Corrente Líquida com despesas correntes, especialmente a folha de pagamento, tem gerado um efeito crowding-out que restringe a capacidade de investimento público em setores estratégicos, limitando o crescimento econômico e perpetuando a vulnerabilidade fiscal. A sustentabilidade financeira do estado está em risco, exacerbada pela baixa flexibilidade orçamentária e pela incapacidade de realizar ajustes rápidos em resposta a crises econômicas. Para mitigar esses problemas, é essencial que o RN adote uma estratégia abrangente de reestruturação fiscal, que combine a modernização administrativa com a reorientação dos investimentos para setores de alto retorno econômico. Somente por meio dessas reformas será possível romper o ciclo de estagnação e promover um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo para o estado.

A obsolescência estrutural é um dos principais desafios que o estado enfrenta em sua busca por desenvolvimento sustentável e competitividade econômica. A combinação de rigidez fiscal, ineficiência administrativa e falta de inovação criou um ambiente econômico que é incapaz de responder às mudanças globais e às novas demandas sociais. Para superar esses desafios, o estado deve adotar uma série de reformas estruturais que priorizem a modernização da administração pública, a diversificação econômica e o fortalecimento das instituições. Somente por meio dessas reformas será possível transformar o RN em um estado competitivo, capaz de atrair investimentos, gerar empregos de qualidade e melhorar a qualidade de vida de sua população.

## **5 CONCLUSÃO**

A análise da situação fiscal do Rio Grande do Norte revela um quadro alarmante de desindustrialização, reflexo da incapacidade do estado de alocar recursos de maneira eficiente em setores produtivos. O esgotamento da capacidade de investimento, resultado de um comprometimento excessivo da Receita Corrente Líquida com despesas de pessoal, têm levado ao desmonte progressivo do parque industrial, enfraquecendo a competitividade econômica e reduzindo a base arrecadatória. Este cenário não apenas intensifica a dependência do estado de transferências federais e receitas voláteis, mas também agrava a estagnação econômica, gerando um ciclo vicioso que restringe o desenvolvimento sustentável.

A crise fiscal também tem consequências devastadoras para os serviços públicos essenciais, particularmente nos setores de saúde e educação. O desmonte do estado é evidente na penúria que assola os hospitais públicos, onde a falta de recursos básicos e a precariedade das condições de trabalho resultam em um atendimento ineficiente e indigno. Da mesma forma, as escolas públicas estão sucumbindo sob o peso de uma administração ineficaz,

incapaz de garantir uma educação mínima de qualidade. A falta de investimentos em infraestrutura e em recursos humanos nesses setores fundamentais é um reflexo direto da ineficiência alocativa e da rigidez fiscal que paralisam a capacidade de resposta do estado às demandas sociais.

A sucessão de governos incapazes de enfrentar os desafios fiscais e implementar as reformas estruturais necessárias têm conduzido o Rio Grande do Norte a uma trajetória de declínio contínuo. O estado, atualmente em frangalhos, enfrenta uma deterioração persistente de seus serviços públicos e a ampliação das desigualdades sociais. Frente a esse cenário de obsolescência estrutural, torna-se urgente a adoção de uma reestruturação fiscal robusta, com ênfase na modernização administrativa, racionalização das despesas correntes e reorientação dos investimentos para setores estratégicos que possam fomentar o crescimento econômico e restaurar a competitividade do estado.

Para reverter o quadro de declínio, é essencial que o estado promova uma reestruturação fiscal abrangente, que inclua uma gestão mais eficiente dos recursos públicos e a redução do comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL) com a folha salarial. A priorização de investimentos em áreas estratégicas, como infraestrutura, educação e saúde, é essencial para revitalizar a capacidade produtiva do estado e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população. Além disso, é imperativo criar um ambiente favorável ao desenvolvimento industrial por meio de incentivos fiscais e políticas de fomento à inovação, visando atrair novos investimentos e fortalecer a base econômica do estado. Sem essas reformas estruturais, o Rio Grande do Norte permanecerá preso em um ciclo de obsolescência, incapaz de recuperar sua competitividade e de proporcionar melhores condições de vida à sua população.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, A., & Furceri, D. (2010). Government size, composition, volatility and economic growth. *European Journal of Political Economy*, 26(4), 517-532.
- Ardanaz, M., & Izquierdo, A. (2021). *The power of knowing the impact of information on the efficiency of public investment management systems*. Inter-American Development Bank.
- Baumol, W. J. (1967). Macroeconomics of unbalanced growth: The anatomy of urban crisis. *The American Economic Review*, 57(3), 415-426.
- Brix, H. P., Valenduc, C., & Swift, Z. (2015). *Tax expenditures—Shedding light on government spending through the tax system: Lessons from developed and transition economies*. The World Bank.
- Cottarelli, C. (2018). *What the Great Recession has taught us about fiscal policy*. Oxford University Press.
- Engel, A., Eckl, V., & Rothgang, M. (2019). Administrative structures and the inefficiency in public spending: The role of bureaucratic rigidity. *Journal of Public Economics*, 174, 1-15.

- Krause, G. A., & Corder, J. K. (2020). Vested interests and political institutions in the US federal budget process. *Public Choice*, 184(3-4), 303-323.
- Masuch, K., Moshammer, E., Pierluigi, B., & others. (2020). *Fiscal policy, public spending, and economic growth: A review of the theoretical and empirical literature*. European Central Bank Working Paper Series, (2374).
- Obstfeld, M. (2021). Global economic challenges and opportunities: A new paradigm? *Journal of Economic Perspectives*, 35(4), 3-28.
- Perotti, R. (1999). Fiscal policy in good times and bad. *The Quarterly Journal of Economics*, 114(4), 1399-1436.
- Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Norte. (2019-2023). Relatórios de Despesas e Execução Orçamentária. Disponível em: [HYPERLINK "http://www.transparencia.rn.gov.br/"http://www.transparencia.rn.gov.br.](http://www.transparencia.rn.gov.br/)
- Poterba, J. M., & Rueben, K. S. (2001). Fiscal news, state budget rules, and tax-exempt bond yields. *Journal of Urban Economics*, 50(3), 537-562.
- Tanzi, V., & Schuknecht, L. (2020). *Public spending in the 20th century: A global perspective*. Cambridge University Press.
- Tavares, M. C. (1972). *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.